



ACÓRDÃO Nº747/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11601/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Antonio Junior de Souza Brandao (Ordenador de Despesa), Darcelo Cavalcante Gomes (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8283/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Casa Militar da Prefeitura Municipal de Manaus. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas**, exercício de 2018, da Casa Militar da Prefeitura de Manaus, sob a responsabilidade do **Sr. Darcelo Cavalcante Gomes**, Secretário-Chefe de 01.01.2018 a 05.06.2018, e **Sr. Antônio Júnior de Souza Brandão**, Secretário-Chefe de 06.06.2018 a 31.12.2018, nos termos dos arts. 22, II e 24, da Lei nº 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa ao Sr. Antonio Junior de Souza Brandao** no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o



ACÓRDÃO Nº747/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Determinar aos responsáveis à época, Sr. Darcelo Cavalcante Gomes, Secretário-Chefe de 01.01.2018 a 05.06.2018, e Sr. Antônio Júnior de Souza Brandão, Secretário-Chefe de 06.06.2018 a 31.12.2018, e à atual administração da Casa Militar da Prefeitura de Manaus:

10.3.1. que atentem para os princípios informadores do orçamento público, sobretudo o do equilíbrio, bem como para as demais prescrições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

10.3.2. que observem com maior atenção a legislação orientadora da elaboração e execução do orçamento público e demais instrumentos de planejamento, sobretudo a Lei nº 4.320/64, especialmente os arts. 94 a 96, realizando o controle de materiais em estoque no almoxarifado e registro sintético dos mesmos, a fim de evitar a reincidência deste tipo de situação;

10.3.3. Observe com rigor as regras atinentes a Licitações e Contratos, prescritas na Lei n. 8.666/93;

10.4. Determinar à próxima Comissão de Inspeção da Casa Militar da Prefeitura de Manaus que dê especial atenção aos itens alvo de determinação à origem;

10.5. Notificar o Sr. Darcelo Cavalcante Gomes, Secretário-Chefe de 01.01.2018 a 05.06.2018, e o Sr. Antônio Júnior de Souza Brandão, Secretário-Chefe de 06.06.2018 a 31.12.2018, com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Julho de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº747/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado e Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral